

## ETNODESENVOLVIMENTO E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: qual é o denominador comum?

Harrison Oliveira<sup>1</sup>

Monika Richter

Isabela de Fatima Fogaça

### Resumo

A problemática dos modelos de desenvolvimento socioeconômico hegemônicos que perduram ainda hoje, remontam ao início dos anos de 1950 e encontram hoje novos caminhos para a desconstrução de paradigmas e para o encontro de alternativas que possibilitem a inclusão de grupos historicamente marginalizados ao longo da nossa construção social. O Etnodesenvolvimento vem trazer justamente essa visão mais holística e endógena do desenvolvimento, enquanto o Turismo de Base Comunitária pode se constituir como um dos caminhos para atingir esse modelo de desenvolvimento alternativo. O objetivo dessa discussão é apontar as relações entre as premissas no Turismo de Base Comunitária e do Etnodesenvolvimento, investigando se, de fato, se interligam. Para essa investigação foram levantados os principais autores de cada tema através de revisão documental e bibliográfica e para análise, foi utilizado um sistema de quadros para aglutinar os conceitos e os inter-relacionar ao longo do texto. Os resultados apresentados mostram a natureza das relações entre os dois temas abordados e encontra seis indicadores dessa interrelação: Suigeneridade; Apropriação; Empoderamento; Autoridade; Interlocução; e Uso Consciente.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento alternativo; Comunidades tradicionais; Autogestão comunitária.

## ETHNODEVELOPMENT AND COMMUNITY-BASED TOURISM: what is the common denominator?

### Abstract

The issue of hegemonic socio-economic development models that still persists today dates back to the early 1950s and now finds new paths for deconstructing paradigms and finding alternatives that enable the inclusion of historically marginalized groups throughout our social construction. Ethnodevelopment precisely brings this more holistic and endogenous vision of development, while Community-Based Tourism can be one of the pathways to achieve this alternative development model. The aim of this discussion is to highlight the interrelationships between the premises in Community-Based Tourism and Ethnodevelopment, investigating whether indeed one can corroborate the other. For this investigation, the main authors of each theme were

<sup>1</sup> Escola Nacional de Botânica Tropical - Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro

identified through documentary and bibliographic review, and for analysis, a system of tables was used to aggregate the concepts and interrelate them throughout the text. The results presented show the nature of the relationships between the two topics addressed and identify six indicators of this interrelation: Suigenerity; Appropriation; Empowerment; Authority; Interlocution; and Conscious Use.

**Keywords:** Alternative development; Traditional communities; Community self-management.

## ETNODESARROLLO Y TURISMO DE BASE COMUNITARIA: ¿cuál es el denominador común?

### Resumen

El problema de los modelos hegemónicos de desarrollo socioeconómico que aún persiste hoy en día se remonta al principio de los años 1950 y ahora encuentra nuevos caminos para la deconstrucción de paradigmas y la búsqueda de alternativas que permitan la inclusión de grupos históricamente marginados a lo largo de nuestra construcción social. El Etnodesarrollo precisamente aporta esta visión más holística y endógena del desarrollo, mientras que el Turismo de Base Comunitaria puede ser uno de los caminos para alcanzar este modelo alternativo de desarrollo. El objetivo de esta discusión es destacar las interrelaciones entre las premisas en el Turismo de Base Comunitaria y el Etnodesarrollo, investigando si realmente uno puede corroborar al otro. Para esta investigación, se identificaron los principales autores de cada tema a través de una revisión documental y bibliográfica, y para el análisis, se utilizó un sistema de tablas para agrupar los conceptos e interrelacionarlos a lo largo del texto. Los resultados presentados muestran la naturaleza de las relaciones entre los dos temas abordados e identifican seis indicadores de esta interrelación: Suigeneridad; Apropiación; Empoderamiento; Autoridad; Interlocución; y Uso Consciente.

**Palabras clave:** Desarrollo alternativo; Comunidades tradicionales; Autogestión comunitaria.

### INTRODUÇÃO

Quando se pensa no desenvolvimento social e econômico advindo da atividade turística, frequentemente se relaciona o surgimento de grandes empreendimentos turísticos, de uma superestrutura composta por atores de grande capital ou até mesmo destinos turísticos massificados e presentes exponencialmente na mídia como modelos de sucesso. Essa perspectiva vem de um modelo hegemônico de desenvolvimento que tem se perpetuado ao longo da nossa história enquanto sociedade capitalista, que prioriza os ganhos econômicos em detrimento das dimensões sociais e ambientais intrínsecas a todos os aspectos que permeiam nosso

desenvolvimento como sociedade. Nesse movimento, as particularidades dos diferentes grupos que compõem nossa sociedade são perdidas, adotando-se uma visão generalista das realidades, onde aqueles que não se alinham às dinâmicas desse modelo dominante são deixados de fora de quaisquer ações propositivas de desenvolvimento, suportando apenas seus ônus.

O Turismo de Base Comunitária (TBC), nesse sentido, pelas suas próprias premissas, tem o potencial de proporcionar modelos alternativos de desenvolvimento que atendam às realidades particulares de grupos distintos, especialmente de povos indígenas e quilombolas, que carregam uma herança cultural e histórica que, por si só, já é de interesse de determinados segmentos turísticos. O Etnodesenvolvimento surge como um modelo de desenvolvimento alternativo que visa fortalecer esses grupos étnicos marginalizados e conferir-lhes o poder da autogestão de seus territórios e do estabelecimento das metas e objetivos de seu desenvolvimento local.

As contribuições teórico-conceituais apresentadas neste artigo têm como objetivo investigar se o TBC pode se constituir como um caminho para o alcance do Etnodesenvolvimento em comunidades tradicionais. Para isso, utilizou-se métodos de revisão documental e bibliográfica dos eixos temáticos propostos e a análise da inter-relação entre os eixos apresentados a partir de quadros.

## A GÊNESE DO ETNODESENVOLVIMENTO

Para contextualizar o surgimento dos debates acerca do desenvolvimento local com a conotação de singularidade que o termo hoje carrega e, mais oportunamente, seu recorte étnico, é necessário trazer uma síntese dos marcos temporais e os eventos que levaram os estudiosos e planejadores sociais, políticos e econômicos a reverem e questionarem as bases do que se tinha como teoria do desenvolvimento até então.

Rodolfo Stavenhagen<sup>2</sup> aborda essa transformação gradativa da teoria do desenvolvimento ao longo das décadas de 1950, 60 e 70 em que, segundo ele, “predominou, com algumas exceções notáveis, uma concepção linear evolucionista no pensar o desenvolvimento” (STAVENHAGEN, 1984, p. 13).

Dando a gênese ao tracejo dessa linha temporal, na década de 1950, quando o assunto “desenvolvimento” começou a ser problematizado, acreditava-se que alguns países eram atrasados em relação aos países de “primeiro mundo”, como elucida Stavenhagen:

O ponto de partida era o reconhecimento de que algumas regiões do mundo (na maior parte colônias ou ex-colônias das potências europeias) eram “atrasadas” econômica, social, cultural e, acrescentariam alguns, politicamente. O atraso, tal como era entendido na época, significava pobreza, fome, produto nacional baixo, baixa renda per capita e, em geral, baixos padrões de vida para grandes parcelas da população (STAVENHAGEN, 1984, p. 13).

Inicialmente, o que se tinha enquanto contrapartida para combater o “atraso” nessas regiões mais vulneráveis era o crescimento econômico. Alguns apontavam a tecnologia como ponto chave para os ganhos econômicos, outros a educação, ou recursos naturais e, até mesmo, o próprio capital. Já no final da década de 1950, passado um tempo de implementação de estratégias e ações desenvolvimentistas com foco exclusivamente na aceleração dos ganhos econômicos, constatou-se que isso não era o suficiente para resolver o problema do “subdesenvolvimento” nesses países. Este é o momento em que os modelos de desenvolvimento social e institucional entram em cena enquanto elementos necessários no campo da teoria do desenvolvimento (STAVENHAGEN, 1984).

---

<sup>2</sup>Socialista e antropólogo mexicano, professor e pesquisador no *El Colegio de Mexico* e nomeado Relator Especial das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas no ano de 2001. Stavenhagen foi considerado um dos pioneiros nos Direitos Indígenas na América Latina. Seu ensaio bibliográfico intitulado *Etnodesenvolvimento: Uma Dimensão Ignorada no Pensamento Desenvolvimentista* (1984) contribui de forma significativa na introdução do pensamento crítico ao termo desenvolvimento e ao juízo de valor implícito a ele, observando o destino mutável da teoria do desenvolvimento.

A partir desse ponto, passa-se a utilizar alguns indicadores para medir o quanto um país estaria perto de alcançar a ruptura de um *status* de “subdesenvolvido” para “desenvolvido”. De acordo com Stavenhagen:

Pratica-se muito, nesse período, o exercício de identificar os chamados obstáculos à mudança: instituições sociais tradicionais, economia não monetária, ausência de espírito empreendedor, visão de mundo particularista e não universalista, e assim por diante. O crescimento e o desenvolvimento deveriam ser alcançados através da introdução de inovações e de uma mudança cultural adequadamente dirigida. Dizia-se que muitos países, dada uma base mínima de tamanho e recursos, poderiam deslançar um crescimento autossustentado, sob certas condições que os técnicos e a comunidade internacional deveriam fornecer. Os países subdesenvolvidos eram tidos como sociedades duais, nas quais um setor moderno e progressista chocava-se com outro, tradicional e atrasado, e este último deveria ser ultrapassado (STAVENHAGEN, 1984, p. 14).

Mesmo com todos os esforços seguindo a linha de eliminação dos obstáculos à mudança, por volta dos anos 1960, a fome, a desigualdade e o aumento da pobreza persistiam nos então chamados países “subdesenvolvidos”, e percebeu-se, então, que tudo que havia se tido como o algoritmo perfeito para o desenvolvimento precisava ser revisto, pois os resultados nunca eram alcançados de forma satisfatória (STAVENHAGEN, 1984).

Temos, então, um passo para a avanço da teoria do desenvolvimento. De acordo com Stavenhagen (1984), a crítica a este modelo em que se avaliava apenas a ausência de um ou outro indicador ganhou força, dando a todo o processo uma visão mais holística, deixando para trás as análises superficiais e incorporando a relação de dependência entre essas nações e o sistema econômico internacional vigente desde as colônias. Os termos “centro” e “periferia” passaram a ser mais utilizados nessas discussões.

Os anos da década de 1970 trouxeram este debate a outros setores da sociedade, ganhando notoriedade fora da academia e passando a ser discutido pelos setores públicos, tornando-se, inclusive, um dos temas centrais das discussões no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU):

Na metade dos anos 70, o sistema das Nações Unidas tornou-se o fórum das reivindicações do Terceiro Mundo por uma nova ordem econômica internacional. Afirmava-se que o subdesenvolvimento só poderia ser combatido e alcançado o desenvolvimento, se ocorressem mudanças drásticas nos padrões de comércio internacional, nos preços das matérias primas e dos produtos industrializados, nos fluxos de capital e nas transferências de financiamento de tecnologia, etc. Os países industriais eram agora apontados como responsáveis pela situação do Terceiro Mundo, e passaram a arcar com o ônus da mudança (STAVENHAGEN. 1984, p. 15).

Stavenhagen (1984) ressalta que embora o pensamento crítico às teorias do desenvolvimento tenha sido estabelecido neste período, ainda existia um *déficit* ao pensar o desenvolvimento enquanto ferramenta de mudança, pois embora o debate tenha se tornado mais holístico, ainda havia a falta de uma análise singular, muito devido ao fato de que toda a discussão ainda girava em torno de um modelo de desenvolvimento capitalista tradicional que era falho e que havia perdido a sua orientação.

É com este diagnóstico que Rodolfo Stavenhagen apresenta o estudo de um modelo de desenvolvimento alternativo, seguindo a “onda” dos debates que vinham surgindo naquele tempo. Seu ensaio bibliográfico intitulado “Etnodesenvolvimento: Uma Dimensão Ignorada no Pensamento Desenvolvimentista”, publicado em 1984, traz a discussão do desenvolvimento local, sugerindo a relevância do recorte étnico às ações políticas em determinadas situações.

Corroborando com a narrativa do avanço das teorias do desenvolvimento, Paul E. Little (2002) afirma que o desenvolvimento local começa a ser discutido por volta da década de 1980, a partir da consolidação da crítica antropológica ao modelo de

desenvolvimento hegemônico do mundo ocidental, que acreditava – e ainda o acredita – que os ganhos econômicos, a modernização através da industrialização e a convicção nos saberes da ciência tradicional exclusivamente, são as únicas formas de alcançar uma sociedade plena e desenvolvida.

O contraponto ao desenvolvimento hegemônico estimula a busca por um novo conceito de desenvolvimento, pautada por análises etnográficas e trazendo à tona díspares visões do que era o desenvolvimento para variados grupos étnicos (LITTLE, 2002; STAVENHAGEN, 1984; VERDUM, 2002).

Ao passo em que a discussão sobre o etnodesenvolvimento ganhou espaço no campo da antropologia e da sociologia, o campo de estudo das etnociências em geral passou a ser discutido nas mais diversas áreas do conhecimento (LITTLE, 2002), incorporando os saberes tradicionais de grupos étnicos à ciência moderna.

Para ser ainda mais preciso a respeito da gênese do conceito do desenvolvimento local, pensado sob a ótica da etnicidade, de acordo com Almeida (2017, p. 138), “as primeiras sistematizações sobre o etnodesenvolvimento surgiram no ano de 1981 na Reunião de Peritos de Etnodesenvolvimento e Etnocídios, na América Latina, em Barbados”. A reunião contou a participação de diversos estudiosos e instituições, incluindo representantes da ONU, o que trouxe uma grande visibilidade para o tema e forneceu boa parte da base política e teórica do etnodesenvolvimento.

Um dos primeiros estudiosos a definir o etnodesenvolvimento foi o antropólogo Guillermo Bonfil Batalla, em 1982:

[...] é o exercício da capacidade de um povo para construir seu futuro, aproveitando os ensinamentos de sua experiência histórica e dos recursos reais e potenciais de sua cultura, de acordo com um projeto que se define de acordo com seus próprios valores e aspirações [...] O etnodesenvolvimento pode ser entendido como a capacidade autônoma de uma sociedade culturalmente diferenciada para guiar seu próprio desenvolvimento (BATALLA, 1982, p. 133 e 142, tradução nossa).

Batalla trouxe ao debate do etnodesenvolvimento as premissas de ordem jurídica, política e as que tangem ao âmbito da organização social, relacionando

fortemente a teoria do desenvolvimento étnico com a questão da autonomia cultural. Para o antropólogo, um dos temas fundamentais para a discussão do etnodesenvolvimento é o conceito de "cultura própria" (BATALLA, 1982).

A conotação de cultura própria empregada em seu trabalho vem de uma discussão mais ampliada sobre a noção de "controle cultural", que remete ao campo político do etnodesenvolvimento. Para Batalla, o controle cultural é entendido como:

[...] a capacidade social de decidir sobre os recursos culturais, ou seja, sobre todos os componentes de uma cultura que devem ser colocados em jogo para identificar as necessidades, problemas e aspirações da própria sociedade e tentar satisfazê-los, resolvê-los e realizá-los (BATALLA, 1982, p. 134, tradução nossa).

Sobre a dinâmica do controle cultural na sociedade, Batalla apresenta uma situação hipotética com duas possibilidades em relação ao grau de controle exercido pelos grupos sobre a sua cultura: em um primeiro cenário, ocorreria o controle absoluto por parte do grupo em relação ao que seria decidido no âmbito da sua cultura, ou seja, uma autonomia total. A segunda hipótese traz um cenário onde não haveria controle sobre quaisquer decisões de sua cultura, o que acarretaria no desaparecimento daquele grupo enquanto uma unidade social diferenciada. No entanto, essas hipóteses tratam de dois pontos de extremidade um ao outro e não representam a dinâmica social na realidade. Nas situações reais, em grande parte dos casos, ocorre uma combinação dessas hipóteses e uma variância entre os níveis do controle cultural exercido (BATALLA, 1982). Ao trazer essa noção de controle cultural, Batalla consegue identificar quatro setores que coexistem simultaneamente no conjunto total de uma cultura:

### Quadro 1 - Os Quatro Setores Do Conjunto Total De Uma Cultura

Recursos	Decisões	
	Próprias	Externas
Próprios	Cultura Autônoma	Cultura Alienada
Externos	Cultura Apropriada	Cultura Imposta

Fonte: extraído de Batalla, 1982, p. 134, tradução nossa.



Enquanto recursos, tem-se todos os elementos que fazem parte da cultura de uma determinada sociedade e que poderiam ser “negociados” em prol de um objetivo estabelecido pelo próprio grupo. Incluindo recursos materiais, de organização, os intelectuais e os simbólicos e emocionais. Por decisões se entende a capacidade do grupo social de fazer escolhas entre diferentes alternativas de forma livre, é a autonomia do grupo (BATALLA, 1982).

Batalla (1982) elucida que a “cultura autônoma” e a “cultura apropriada” estão qualitativamente em oposição ao que se tem como “cultura alienada” e “cultura imposta”. Nos primeiros modelos, o grupo social está sob controle de sua cultura (mesmo que a “cultura apropriada” utilize determinados recursos externos), enquanto nos outros dois cenários, o grupo está sob fortíssimas influências de fatores externos, sem o controle do que faz parte de sua organização cultural. São os modelos de “cultura autônoma” e “cultura apropriada” que compõem o que o autor considera como “cultura própria”.

Esses debates acerca dos aspectos que constroem o conjunto total da cultura são trazidos ao campo do etnodesenvolvimento por Batalla, uma vez que, para o autor, “qualquer projeto de etnodesenvolvimento consistirá na ampliação e consolidação dos âmbitos da cultura própria” (BATALLA, 1982, p. 135, tradução nossa). Nesse sentido, a cultura própria é a principal responsável pelo aumento da capacidade de decisão desses grupos sociais, tanto no que diz respeito aos seus recursos próprios, quanto ao que tange à utilização de recursos externos. Assim, o etnodesenvolvimento se beneficia com o fortalecimento da cultura própria, resultando na redução dos elementos alienados e dos elementos impostos na cultura local (BATALLA, 1982).

Outro ponto defendido por Batalla é que os grupos sociais busquem formar seu próprio quadro técnico de profissionais para consolidar o movimento de autogestão:

[...] de modo a conformar unidades político-administrativas que lhe permitam exercer autoridade sobre seus territórios e os recursos naturais neles existentes, de serem autônomos quanto ao seu desenvolvimento étnico e de terem a capacidade de impulsioná-lo” (BATALLA, 1982 apud VERDUM, 2002, p. 88).

Uma vez mais suscitando a cronologia dos debates sobre o etnodesenvolvimento, é pouco tempo depois de Batalla que Stavenhagen – que à época considerava a etnicidade como a maior questão social no mundo contemporâneo – apresenta sua análise crítica ao etnodesenvolvimento, trazendo alguns conflitos históricos e apontando suas relações com a questão étnica, que segundo ele “está ligada às questões cruciais da guerra e da paz, da harmonia social e da luta civil, da estabilidade política e do conflito e, naturalmente, dos direitos humanos básicos” (STAVENHAGEN, 1984, p. 24).

Suas reflexões acerca do etnodesenvolvimento incutem sobre os múltiplos fatores que podem estimular as reivindicações de um grupo étnico. Essas reivindicações podem ser de natureza econômica, cultural, política e/ou social e devem ser o centro dos esforços ao se pensar ações desenvolvimentistas alternativas junto a esses grupos. O autor afirma também, que o etnodesenvolvimento está ligado a duas acepções básicas: ao desenvolvimento econômico de um grupo étnico; e ao desenvolvimento da etnicidade de um grupo social (STAVENHAGEN, 1984).

Sua discussão parte principalmente da dualidade existente na relação entre os países de Primeiro e Terceiro Mundo, discorrendo sobre a hegemonia dos países industrializados e a tendência à reprodução dos modelos de desenvolvimento hegemônico pelos países de Terceiro Mundo (STAVENHAGEN, 1984).

Ao falar sobre as possibilidades de desenvolvimento alternativo que começaram a ser discutidas naquele período por governos, grupos de pesquisadores e planejadores, movimentos sociais e até por entes de algumas organizações internacionais no âmbito dos países de Terceiro Mundo, Stavenhagen (1984) identifica os elementos fundamentais na abordagem desses modelos, são eles:

**Quadro 2** - Os cinco elementos do desenvolvimento alternativo segundo Stavenhagen

<b>Elemento</b>	<b>Definição</b>
Estratégia voltada para as necessidades básicas	A criação de uma estratégia destinada a atender as necessidades fundamentais de um maior número de pessoas. É mais do que o foco no crescimento econômico em si, mas a concentração de recursos e esforços

	para elevar a qualidade de vida dos mais pobres antes de seguir padrões de consumo e produção das nações industrializadas
Busca por uma visão interna/endógena do desenvolvimento	O desenvolvimento deve atender as necessidades de sua realidade específica, sendo definido coletiva e socialmente a partir daí. Não se deve reproduzir uma visão externa e pautada nos padrões do sistema internacional
Uso e aproveitamento das tradições culturais existentes	As tradições culturais não devem ser tidas como obstáculos, contrariamente, elas devem ser utilizadas enquanto impulsoras do desenvolvimento
Respeito ao meio ambiente	O meio ambiente é crucial ao se pensar a parte ecológica do desenvolvimento, portanto deve ser respeitado e conservado. Principalmente porque há uma tendência de conduzir o ônus ambiental dos modelos hegemônicos de desenvolvimento aos países de Terceiro Mundo
Uso dos recursos locais	As abordagens de desenvolvimento alternativo estão pautadas no uso dos recursos locais, sejam eles de natureza humana, técnica ou ambiental, promovendo a autossustentação nos níveis local, regional e nacional, ou seja, a solução para possíveis problemas vem de dentro, de suas próprias forças e recursos, não a partir dos recursos do mundo industrializado

Fonte: adaptado de Stavenhagen, 1984, p.17-19.

É partindo dessa abordagem de um ambiente macro, que Stavenhagen chega na problemática do desenvolvimento local e, mais especificamente, do etnodesenvolvimento, que por sua vez, surgiu enquanto um modelo de desenvolvimento alternativo para atender às reivindicações dos grupos étnicos.

Os elementos observados pelo autor dialogam intrinsecamente com as abordagens de Batalla (1982) e com a de outros estudiosos dos modelos de

desenvolvimento alternativo, como Little (2002), que traz o debate do etnodesenvolvimento ao recorte brasileiro.

Sobre o início das discussões do etnodesenvolvimento no Brasil, Paul E. Little descreve que o processo de inclusão das questões étnicas no campo das políticas públicas e estratégias sociais no país deu-se a partir da luta pelos direitos das populações indígenas e afro-americanas, culminando com o reconhecimento da pluralidade étnica e da multiculturalidade nacional por parte do Estado, relacionando inclusive, a conquista do direito à diferença cultural que foi estabelecido na Constituição Brasileira, de 1988, enquanto resultado da ampla discussão das questões étnicas no país (LITTLE, 2002).

A abordagem de etnodesenvolvimento trazida por Little (2002, p. 40) é atravessada por sua formação na antropologia e versa sobre duas forças motrizes que vivem em constante tensão no processo de implementação dos modelos de etnodesenvolvimento: “a construção política da ‘autonomia cultural’ por parte do grupo étnico frente ao Estado nacional e [...] a operacionalização de formas de integração desse mesmo grupo étnico nas estruturas da economia nacional e internacional”, enfatizando que os grupos étnicos devem ter como meta o alcance da autonomia cultural, pois esta seria a base para o estabelecimento das condições necessárias para implementação do etnodesenvolvimento, corroborando com o que já havia sido apontado por Batalla em seus trabalhos prévios.

Ao expor os processos necessários para a implementação do etnodesenvolvimento, Little (2002) menciona os desafios no estabelecimento de regras e normas para um modelo de democracia plural e igualitário que respeite as diferenças culturais, apontando que esses desafios estão presentes, principalmente, na esfera das políticas públicas e no plano econômico. É uma combinação de duas problemáticas: desenvolvimento *versus* reconhecimento da diversidade cultural. Neste sentido, o etnodesenvolvimento atua enquanto facilitador ao introduzir novas perspectivas às ações do Estado:

No plano político, o etnodesenvolvimento dá um recorte étnico aos debates sobre a questão da autodeterminação dos povos e, no processo, questiona, pelo menos parcialmente, as noções excludentes de soberania nacional. No plano econômico, as

práticas de etnodesenvolvimento tendem a ocupar o lugar de “alternativas” econômicas, particularmente onde a ideologia neoliberal é predominante (LITTLE, 2002, p. 40).

O autor ressalta que é necessário priorizar a autogestão étnica, de forma com que o início de qualquer ação desenvolvimentista se dê a um nível local, ou seja, partindo dos grupos étnicos nos espaços por eles ocupados, pois é justamente nesse nível que os grupos exercem um maior poder de influência acerca das decisões que os afetam. Dessa forma, ele começa a discorrer sobre “etnodesenvolvimento local” enquanto ferramenta capaz de promover as mudanças nas práticas sociais e econômicas que surgem como demandas do próprio grupo étnico (LITTLE, 2002).

Não obstante, a autogestão étnica e o etnodesenvolvimento local não privam os grupos étnicos de suas interações em outros níveis. Paul E. Little (2002) afirma que um viés imprescindível do etnodesenvolvimento local é o estabelecimento de interações com as várias instituições que operam a nível regional, nacional, continental e internacional, sendo de competência do grupo determinar quais serão essas interações, como serão dadas, com quais instituições e para quais finalidades. O desafio para o grupo étnico é utilizar essas relações com os atores que agem em outros níveis para benefício próprio.

Sobre essas relações externas, Little (2002) aponta que talvez a interação mais dificultosa para um grupo étnico seja a relação com o mercado, pautando sua afirmação em cima da rigidez dos valores inerentes ao funcionamento do mercado (tendo como um dos exemplos a incessante procura por lucro) e ao dinamismo e exigências entre as redes regionais, nacionais e internacionais do mercado, que segundo ele, podem extinguir as chances de o grupo étnico alcançar a autonomia cultural.

Tendo observado essa problemática na dinâmica dos grupos étnicos com o mercado e destacando a importância de se estabelecer uma relação minimamente saudável com esse setor para consolidar as práticas do etnodesenvolvimento, Paul E. Little traz à tona sua experiência com a avaliação de 12 subprojetos indígenas do Programa Projetos Demonstrativos Tipo A (PD/A) que fazia parte do Programa Piloto

para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7)<sup>3</sup>. Nessa ocasião ele conseguiu identificar o que intitula “micromodelos” de relacionamento com o mercado, fazendo referência ao seu relatório “Rumo ao PD/I: análise comparativa e prospectiva dos subprojetos do PD/A” apresentado em 1998 ao Banco Mundial (LITTLE, 2002). Com base nas definições de Little a respeito dos micromodelos de relacionamento com o mercado, o quadro a seguir apresenta uma síntese de cada indicador:

**Quadro 3** - Os micromodelos econômicos de relacionamento com o mercado

Micromodelo	Atribuições
1º: Fortalecimento das atividades de subsistência	Além de representar uma das principais formas de sustento para muitos grupos étnicos, essas atividades oferecem ao grupo uma “segurança alimentar” que é primordial em qualquer modelo de desenvolvimento. As atividades de subsistência proporcionam fortalecimento cultural ao manter vivo o saber tradicional e ao transparecer as expressões rituais e artísticas do grupo
2º: Estabelecimento de economias paralelas	Esse micromodelo representa a continuidade das atividades de subsistência somada à implementação de uma produção para o mercado, mas sem a ocorrência de venda direta. Aqui ocorre uma intermediação no processo de comercialização através de uma instituição ou organização local que represente econômica e politicamente os grupos produtores. Outro ponto importante é que nesse modelo os pagamentos seriam realizados por escambo para evitar a mercantilização local e possíveis atritos na dinâmica social do grupo
3º: Terceirização das atividades produtivas com	Os grupos étnicos nem sempre dispõem de mão de obra, conhecimento técnico ou equipamentos/tecnologias necessários para controlar

<sup>3</sup> Desenvolvido desde 1994 e tendo seu fim em setembro de 2009, o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) foi considerado um dos maiores programas ambientais do país e foi criado devido à pressão internacional que as autoridades viam enfrentando decorrente da degradação desenfreada da Amazônia, mas acima disso, pelo interesse econômico desses países para com os recursos de nossas florestas tropicais (ANTONI, 2010). O PPG7 foi uma iniciativa em conjunto dos sete países mais ricos/industrializados do mundo, até então Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido. Também contou com ajuda financeira e representação dos Países Baixos e da União Europeia. Institucionalmente o projeto contou com a participação do Banco Mundial, do governo brasileiro e de ONGs internacionais. Para uma análise crítica e para entender os aspectos históricos que impulsionaram a criação do PPG7 ver: “O programa piloto para proteção das florestas tropicais do Brasil (PPG-7) e a globalização da Amazônia” de Giorgio de Antoni, 2010.

fiscalização por parte do grupo local	determinadas atividades econômicas em seus territórios. Esse micromodelo prevê a subcontratação de atores externos para a realização de atividades produtivas que não são dominadas pelo grupo étnico local, mas de modo com que o grupo mantenha o controle formal do processo produtivo. É necessário o estabelecimento de contratos explícitos com ciência de todas as partes e a fiscalização da atividade pela instituição/organização local, que receberia <i>royalties</i> ou um dinheiro fixo estabelecido via contrato
4º: Controle total do processo econômico por parte da organização local	Diz respeito ao controle sobre todas as fases do processo econômico por parte de uma instituição/organização étnica local ou regional. Este controle deve iniciar desde a produção, passando pelo beneficiamento, escoamento, comercialização, até o reinvestimento das receitas obtidas. É um micromodelo que apresenta acentuada dificuldade de implementação, seja pela falta de capacitação dos membros da organização em monitorar cada fase da cadeia produtiva e/ou pela incapacidade de controlar os fatores externos desfavoráveis
5º: Criar um valor econômico étnico para seus produtos	Esse micromodelo só pode ser implementado após o alcance do controle total do processo produtivo por parte do grupo étnico. Compreende à criação de um nicho de mercado através da comercialização de produtos que carregam elementos culturais e étnicos próprios daquele grupo

Fonte: adaptado de Little, 2002 p. 44-46.

Embora a relação com o mercado desponte como um aspecto importante para os modelos de etnodesenvolvimento, apenas seguir e avaliar esses micromodelos não resolvem todos os desafios e perigos inerentes à prática, pois, nessas relações, o grupo étnico pode, por exemplo, se tornar dependente e perder o poder de atuação dentro dessas estruturas políticas e econômicas externas; alterar a dinâmica social e gerar novas divisões e disputas entre si; e burocratizar os processos de execução de ações desenvolvimentistas pela dependência de projetos vinculados à instituições externas (LITTLE, 2002).

Em razão dos perigos e desafios inerentes a essa relação de dependência com os demais setores, instituições e atores da sociedade, ao se pensar e implementar um modelo de desenvolvimento étnico local, é substancial ter como premissa os conceitos-base defendidos pela produção teórica e pelas experiências empíricas do Etnodesenvolvimento. Embora a discussão sobre os fatores que permeiam essa

ciência possa ser aprofundada de forma exaustiva, a abordagem dada ao tema neste tópico teve o objetivo de contextualizar o surgimento dos debates do desenvolvimento pela ótica da etnicidade e apresentar os conceitos-base desse tema. De forma sintética e adotando as preconizações dos autores aqui citados, podemos considerar que o Etnodesenvolvimento tem, enquanto preceitos: a busca constante pela autonomia dos grupos étnicos nos campos social, político e econômico; a capacidade de autogestão de seus recursos de acordo com seus interesses de desenvolvimento; o fortalecimento da etnicidade, da cultura local e dos saberes tradicionais a partir das ações desenvolvimentistas realizadas pelo grupo; e o estabelecimento de relações com agentes externos para possibilitar o alcance dos seus objetivos.

## **O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ETNODESENVOLVIMENTO**

Aproximando o debate do Etnodesenvolvimento ao fenômeno do turismo, Grünewald (2003) identifica a forte incidência da atividade turística na dinâmica socioeconômica em comunidades indígenas no Nordeste do Brasil. O autor destaca que o turismo tem o poder de ser mais uma ferramenta para o desenvolvimento local e para o fortalecimento territorial, visto que em muitos casos, a "indústria do turismo" ainda representa uma "frente de expansão colonial" em seus territórios.

Ao abraçar o turismo enquanto um viés do desenvolvimento local, essas comunidades tradicionais conseguem fazer um contra-ataque a esse avanço predatório em seus territórios e serem protagonistas da oferta turística local (GRÜNEWALD, 2003).

Corroborando com o defendido por Batalla (1982) e Little (2002) no que diz respeito à relação das comunidades étnicas com os agentes externos, Grünewald (2003) considera que o grupo étnico é quem tem maior autoridade para guiar as atividades econômicas desenvolvidas em seus territórios, portanto, nesses casos em que já há uma inserção dos agentes externos na oferta do turismo local, o grupo étnico deve ser o interlocutor na execução dessas atividades. O autor propõe uma coparticipação entre os grupos étnicos e grupos empresariais ou governamentais nas atividades ligadas ao turismo, como manejo de trilhas, gerenciamento de meios de hospedagem, etc. (GRÜNEWALD, 2003).



Sabemos que hoje, o turismo faz parte da dinâmica social e econômica de muitos grupos étnicos/comunidades tradicionais, às vezes sendo até a principal fonte de renda desses grupos, ao mesmo tempo em que temos a ciência de que é intrínseca a relação desses atores com os recursos naturais. Sejam essas comunidades compostas por grupos indígenas, quilombolas ou caiçaras, todas elas carregam o elemento “natureza” como ponto em comum.

Trazendo a discussão sobre essa relação dos grupos étnicos com a natureza, Diegues (1997) discorre sobre a necessidade da incorporação das etnociências nos planos de manejos para áreas protegidas, sobretudo quando essas áreas estão adjacentes ou inseridas total ou parcialmente em territórios tradicionais. O autor propõe a etnoconservação – oriunda das etnociências – como forma de mitigar os impactos negativos causados pelo turismo, elucidando o papel de relevância das populações tradicionais no processo de planejamento da atividade turística (entre outras competências) nesses espaços.

Outros pontos de congruência entre o etnodesenvolvimento e a atividade turística são as próprias segmentações do turismo, mais especificamente segmentos que destacam a herança cultural e histórica de seus destinos receptores. De acordo com Silva e Carvalho:

O etnodesenvolvimento alicerçado no turismo cultural possibilita às comunidades fortalecerem o sentimento de pertença e desenvolverem a sua capacidade de autogestão, no sentido de construir novas formas de produção de serviços para o turismo, sem padronização, com autenticidade e de maneira criativa, baseado no compromisso, na participação e na solidariedade (SILVA; CARVALHO, 2017, p. 217)

Para alcançar o potencial máximo do etnodesenvolvimento, os projetos e planos no campo do desenvolvimento do turismo devem ser elaborados seguindo as diretrizes desse modelo alternativo, visando a autonomia cultural e a autogestão do grupo étnico no que diz respeito às atividades turísticas. Ao aliar a autonomia local e o uso de recursos externos para fortalecimento cultural, defendida por Batalla (1982), mais a necessidade da criação de relações com agentes externos, trazida por Little

(2003), podemos fazer uma analogia ao que se espera com o planejamento do turismo. Nessa analogia, a comunidade estaria exercendo uma autonomia nas decisões sobre seus recursos, sendo protagonista na definição de todos os planos e projetos no processo de planejamento turístico, mas se utilizando dos recursos legais, burocráticos e técnicos advindos de agentes/parceiros externos.

Sobre a participação popular no processo de planejamento da atividade turística, o Ministério do Turismo afirma que “só um trabalho participativo poderá superar conflitos e problemas no decorrer do processo de planejamento e minimizar interferências negativas, geradas a partir de desigualdades e diferenças étnicas, sociais, culturais, históricas, ambientais e econômicas” (MTur, 2007, p. 19).

Para desdobrar o pilar da participação popular e da autogestão nos modelos de etnodesenvolvimento aplicados à atividade turística, faz-se indispensável trazer à tona a discussão sobre o TBC, que dialoga diretamente com os pontos defendidos por esta alternativa de desenvolvimento.

Corroborando com essa ideia, Fabrino, Nascimento e Costa (2016, p. 174) indicam que o TBC “consiste em um modelo de desenvolvimento turístico centrado nos recursos (humanos, naturais e de infraestrutura) endógenos de determinada localidade” e tem em sua essência o protagonismo da comunidade na gestão e oferta dos produtos e serviços ligados à atividade turística. Mendonça, Moraes e Catarcione (2016, p. 234) acrescentam que o TBC também se apresenta enquanto “estratégia de resistência e de luta pelo território e conservação do patrimônio natural e cultural”.

Sobre o reconhecimento do TBC enquanto realidade no fenômeno turístico brasileiro, Sansolo e Bursztyn (2009) apontam que as primeiras políticas públicas ligadas ao fomento da atividade se deram no contexto do turismo em áreas rurais, quando a esfera do poder público percebeu que a atividade fazia parte da dinâmica econômica de grupos de agricultores familiares, pescadores artesanais e extrativistas que não estavam inseridos no exercício da agroindústria – por exclusão, falta de recursos financeiros, tecnológicos, etc. – e que buscavam novas alternativas de sobrevivência, além das atividades tradicionais de subsistência.

Apontando os potenciais de promoção de crescimento, no entanto, assentindo com os possíveis efeitos negativos da atividade turística em massa no que tange à cultura local e à preservação ambiental dos destinos, o Ministério do Turismo lança em 2008 a primeira política pública que reconhece institucionalmente e define o TBC

em âmbito federal a partir do edital “MTur, n. 001/2008” (SANSOLO; BURSZTYN, 2009), com o objetivo de fomentar as iniciativas de turismo comunitário sendo desenvolvidas no Brasil, até então. Ao o categorizar, o edital aponta que Turismo de Base Comunitária:

[...] busca a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística (MTUR, 2008, p. 1).

A definição de Sansolo e Bursztyn infere que no Brasil o TBC se apresenta principalmente “[...] em casos que têm em comum as lutas sociais, como a conservação dos recursos naturais, base da subsistência de diversas comunidades; a luta pela terra; a luta pelo direito à memória cultural; a luta por uma educação digna [...]” (SANSOLO; BURSZTYN, 2009, p. 150)

Ao analisar as definições e conceitos trazidos pelos autores apontados, podemos considerar que os pontos de congruência mais comuns no campo teórico do TBC são sempre: a autogestão; a valorização cultural; o protagonismo comunitário; e o turismo enquanto forma de resistência. Trazendo análises mais aprofundadas sobre a produção científica no tema, Mendonça, Moraes e Catarcione (2016) apontam cinco eixos interpretativos no TBC a partir da investigação comparativa de estudos de autoras como Vianna (2013), Lima (2014) e Santiago (2015), autoras essas que tiveram como objeto de pesquisa a busca por uma perspectiva teórico-conceitual no TBC.

Os eixos temáticos apontados nessa síntese proposta por Mendonça, Moraes e Catarcione (2016, p. 238) são: 1) Protagonismo político e participação comunitária no planejamento, organização e gestão do turismo; 2) Relação dialógica entre turistas e anfitriões e promoção de encontros e intercâmbios culturais; 3) Geração de benefícios econômicos, culturais e sociais diretos do turismo para a população local; 4) Valorização da cultura local e respeito às tradições e modos de vida; 5) Sustentabilidade social, cultural e ambiental.

Também contribuindo com o delineamento do estado da arte no TBC, Fabrino, Nascimento e Costa (2016) propõem os elementos-chave do turismo comunitário de acordo com a literatura específica, conforme apresentado no quadro abaixo:

**Quadro 4** - Os elementos-chave do Turismo de Base Comunitária

<b>Elemento</b>	<b>Definição</b>
Dominalidade	Refere-se ao grau de domínio da comunidade sobre os aspectos de controle, propriedade e gestão da atividade turística
Organização comunitária	Diz respeito ao modelo e processo de gestão consolidado em torno do TBC, além de sua interação com o ambiente externo
Democratização de oportunidades e repartição de benefícios	Refere-se à existência de mecanismos/acordos que contribuem para a repartição dos benefícios advindos da atividade turística na localidade e para a democratização de oportunidade no acesso de seus membros às atividades relacionadas ao turismo
Integração econômica	Evidencia a integração do turismo com as outras atividades econômicas da localidade, identificando novos arranjos surgidos a partir do seu advento
Interculturalidade	Relaciona-se com o intercâmbio cultural e a troca de referências e experiências estabelecidas entre os turistas e a comunidade local
Qualidade ambiental	Refere-se às condições da comunidade com relação ao saneamento ambiental e, ainda, as formas de manejo dos recursos naturais locais

Fonte: adaptado de Fabrino, Nascimento e Costa, 2016, p. 176.

## ETNODESENVOLVIMENTO E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: QUAL É O DENOMINADOR COMUM?

Ao tecer uma breve análise comparativa das premissas do Etnodesenvolvimento propostas por Batalla (1982), Stavenhagen (1984) e Little (2002) é possível identificar diversos pontos de encontro e concordância parcial ou total com os princípios do TBC, aqui apresentados e apoiados através das acepções de Sansolo e Bursztyn (2009); Mendonça, Moraes e Catarcione (2016); e Fabrino, Nascimento e Costa (2016).

A partir da mesclagem entre as preconizações trazidas em ambas as temáticas, conseguimos identificar seis contribuições/aspectos do Etnodesenvolvimento para com os aportes teórico-conceituais e para com as práticas que balizam o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária, neste recorte, em comunidades tradicionais/étnicas. O quadro a seguir apresenta uma síntese dessa relação intrínseca observada na literatura aqui explorada:

**Quadro 5** - Os vínculos entre o Etnodesenvolvimento e o Turismo de Base Comunitária

Vínculo	Definição
<i>Suigeneridade</i>	Cada experiência exige uma diferente ótica de ação e planejamento local. Não há um algoritmo a ser seguido nos modelos de etnodesenvolvimento e TBC, é necessário identificar a natureza <i>sui generis</i> das demandas locais como ponto de partida dos processos
Apropriação	O grupo étnico é o elemento majoritário na "engrenagem" que faz as atividades produtivas e econômicas realizadas em seus espaços funcionarem - incluindo o turismo - sendo o gestor de todos esses processos, de forma direta ou indireta
Saber Fazer Tradicional e	A comunidade é portadora do saber fazer

Étnico (Autoridade)	de suas práticas, recursos e símbolos, conhecendo inclusive suas deficiências e fraquezas nos mais diversos pontos, tendo autoridade sobre como as ações devem ser desenvolvidas em seus espaços
Empoderamento Étnico, Econômico e Cultural	Não há desenvolvimento étnico ou TBC sem que haja o fortalecimento e/ou resgate das raízes históricas e culturais do grupo. Os movimentos passam a ser símbolo de resistência territorial e ideológica. Para além disso, ambos os modelos geram potencial para empoderamento econômico
Interlocação	O grupo étnico determina em quais formas e níveis se darão suas relações com o mercado, organizações, poder público e sociedade civil para atingir suas demandas internas
Uso Consciente	O empoderamento econômico, étnico e cultural se estende a esse aspecto, de forma se agregar valor a todos os elementos que fazem parte da cultura do grupo étnico, dessa forma, a utilização dos recursos naturais e simbólicos se dão de maneira consciente, no sentido da sustentabilidade

Fonte: autoria nossa

Para fins de contextualização, iremos discorrer em caráter explicativo sobre a visão que se tem a respeito de cada um desses elementos identificados pelo autor, sendo eles: Suigeneridade; Apropriação; Empoderamento; Autoridade; Interlocação; e Uso Consciente.

## Suigeneridade

A etimologia vem do termo *sui generis*, que em latim significa “sem semelhança com nenhum outro, único em seu gênero”. Borrows e Rotman (1997) fazem uma análise no uso do termo na discussão sobre os direitos dos povos aborígenes do Canadá. Os autores detalham o processo histórico da constituição desses direitos no país com base nos aspectos únicos desses povos, de modo a encontrar um equilíbrio entre o Direito Comum e as concepções dos aborígenes, sugerindo que a doutrina *sui generis*, no contexto do direito comum, proporciona o equilíbrio entre as diferenças culturais e os direitos legais ao entender a particularidade e as questões únicas desses povos.

A relação do termo com os conceitos de Etnodesenvolvimento e de TBC pode ser verificada através das acepções trazidas por estudiosos do meio. No Etnodesenvolvimento, Stavenhagen (1984) defende que os modelos de desenvolvimento alternativo – dentre eles o etnodesenvolvimento – devem buscar por uma visão endógena do desenvolvimento, ou seja, o que é entendido como desenvolvimento a partir da especificidade de cada grupo, sendo definido coletiva e socialmente a partir daí e atendendo as demandas internas.

No TBC, Fabrino, Nascimento e Costa (2016) apontam que esse tipo de turismo está pautado em modelos de desenvolvimento que buscam estar centrados nos elementos endógenos de cada realidade. Essa busca pela endogenia do desenvolvimento, também pode ser relacionada ao defendido por Mendonça, Moraes e Catarcione (2016) ao destacarem que esse modelo alternativo de desenvolvimento turístico se pauta no protagonismo das comunidades locais. O protagonismo da comunidade local assume aqui um papel de definição dos recortes a serem tomados em cada realidade.

A endogenia observada nos modelos de etnodesenvolvimento e de TBC por Stavenhagen (1984) e Fabrino, Nascimento e Costa (2016), respectivamente, tal como o protagonismo da comunidade local no estabelecimento de suas demandas internas apontado por Mendonça, Moraes e Catarcione (2016) é o que dão base para o elemento da Suigeneridade proposto aqui.

Dessa forma, entendemos como Suigeneridade tudo aquilo que corresponde aos elementos únicos e que carregam em sua essência a identidade da comunidade nos

âmbitos de suas reivindicações, lutas e demandas das mais diferentes naturezas, e que torna a comunidade protagonista no pensar do seu desenvolvimento. Ou seja, cada experiência deve ser pensada com uma diferente ótica de ação e planejamento local. Não há um algoritmo a ser seguido nos modelos de etnodesenvolvimento e TBC, é necessário identificar a natureza sui generis das demandas locais como ponto de partida dos processos.

## Apropriação

De acordo com Fabrino, Nascimento e Costa (2016) um dos primeiros elementos-chave do TBC é a Domínia, que consiste no domínio da comunidade no controle, gestão e propriedade da atividade turística. Nesse elemento, é avaliado o grau de domínio da comunidade nesses processos, avaliando se a mão de obra, a gestão e a propriedade dos serviços e equipamentos turísticos (o produto turístico local) pertencem total ou parcialmente à população local.

Mendonça, Moraes e Catarcione (2016) indicam o eixo do protagonismo político e participação comunitária no planejamento, organização e gestão do turismo presente nos modelos de TBC, aspecto que contribui para a tomada do poder local nos processos decisivos no que tange à composição da oferta turística local, bem como o modo de organização dessa atividade.

Ao apontar os micromodelos de relacionamento com o mercado a partir do etnodesenvolvimento, Little (2002) indica o aspecto do controle total do processo econômico por parte da organização local. Esse modo de relacionamento com o mercado turístico prevê o controle sobre todas as fases do processo econômico por parte de uma organização local.

Esses pontos em concordância constituem o elemento da "Apropriação" proposto aqui. O grupo étnico deve ser o sujeito, majoritário, na "engrenagem" que faz as atividades produtivas e econômicas realizadas em seus espaços funcionarem - incluindo o turismo - sendo o gestor de todos esses processos, de forma direta ou indireta. Abrange também a autogestão, a autonomia nos campos social, político e econômico, e a apropriação dos benefícios gerados pela atividade turística.

## Saber Fazer Tradicional e Étnico (Autoridade)



Qualquer projeto de etnodesenvolvimento consistirá na ampliação e consolidação dos âmbitos da cultura própria”, é o que defende Batalla (1982, p. 135, tradução nossa). A cultura própria é o conjunto de elementos e decisões que podem ter origem com base nos recursos internos (cultura autônoma) e nos recursos externos (cultura apropriada). Entende-se então, que ao invocar a cultura própria, a comunidade está estabelecendo as práticas de desenvolvimento de acordo com o que compõe sua identidade cultural e étnica, repassando os seus ofícios e modos de fazer ao exercício dessas práticas.

Stavenhagen (1984) defende o uso dos recursos locais de natureza como um dos elementos essenciais nos modelos de desenvolvimento alternativos. Para ele, as tradições culturais não devem ser tidas como obstáculos, contrariamente, elas devem ser utilizadas enquanto impulsionadoras do desenvolvimento.

Em conformidade, Little (2002) diz que o fortalecimento das atividades de subsistência se constitui enquanto primeira etapa nos micromodelos de relacionamento com o mercado. Atribui-se às práticas de subsistência o fortalecimento cultural ao manter vivo o saber tradicional e ao transparecer as expressões rituais e artísticas do grupo.

Mendonça, Moraes e Catarcione (2016) apontam o potencial para a articulação do TBC na valorização dos modos de ser e de fazer das comunidades tradicionais no contexto de suas observações e análises das pautas discutidas no “Encontro de Turismo de Base Comunitária na Costa Verde”, que reuniu representantes de diversas iniciativas de TBC no Brasil, sociedade privada e pesquisadores da área.

Com base nesses contextos, o Saber Fazer Tradicional e Étnico defende que a comunidade é portadora dos modos de saber e de fazer de suas práticas, recursos e símbolos, conhecendo, inclusive, suas deficiências e fraquezas nos mais diversos pontos, tendo autoridade sobre como as ações devem ser desenvolvidas em seus espaços.

## Empoderamento Étnico, Econômico e Cultural

Stavenhagen (1984) defende que o etnodesenvolvimento pode estar ligando ao desenvolvimento da etnicidade de um grupo e/ou ao desenvolvimento econômico de

um grupo étnico. Essas acepções conferem ao etnodesenvolvimento a capacidade de promover a valorização dos elementos simbólicos e materiais que são importantes para a comunidade.

Um dos eixos do TBC é a geração de benefícios econômicos, culturais e sociais diretos do turismo para a população local (MENDONÇA; MORAES; CATARCIONE, 2016). Esses benefícios, se alcançados, são uma ponte direta para o empoderamento comunitário, pois nesse cenário, o turismo desponta também enquanto forma de organização comunitária e estratégia de resistência e valorização cultural.

Todas essas análises têm em comum os elementos únicos e a identidade cultural do grupo, possibilitando o fortalecimento da etnicidade, da cultura local e dos saberes tradicionais a partir das ações desenvolvimentistas realizadas pelo grupo, dialogando com o elemento de *Know-how* Tradicional e Étnico. Isso é o que define o campo do Empoderamento Étnico, Econômico e Cultural aqui sugerido. Não há desenvolvimento étnico ou TBC sem que haja o fortalecimento e/ou resgate das raízes históricas e culturais do grupo. Os movimentos passam a ser símbolo de resistência territorial e ideológica. Para além disso, ambos os modelos geram potencial para empoderamento econômico.

## Interlocução

Batalla (1982) reconhece que mesmo em modelos em que há a prevalência da “cultura própria” existe espaço para a inserção de recursos externos sem que haja a perda ou o comprometimento das características únicas daquele grupo. Ele chama esse modelo de “cultura apropriada”, a englobando aos elementos da cultura própria, que é a principal responsável pelo aumento da capacidade de decisão desses grupos sociais no que tange à utilização de recursos externos.

Falando do cenário econômico vinculado ao etnodesenvolvimento, Little (2002) afirma que é importante que haja o estabelecimento de economias paralelas com o mercado externo. Nesse processo, a comunidade define uma intermediação no processo de comercialização através de uma instituição ou organização local que represente econômica e politicamente os grupos produtores locais.

Ainda pensando nessa relação com o mercado, Little (2002, p. 44-46) aponta que em determinadas situações, é preciso que haja a terceirização das atividades

produtivas com fiscalização por parte do grupo local, uma vez que “os grupos étnicos nem sempre dispõem de mão de obra, conhecimento técnico ou equipamentos/tecnologias necessários para controlar determinadas atividades econômicas em seus territórios”. Essa vertente pode ser relacionada com o elemento da apropriação aqui indicado, dado que quando estabelecida essa relação de troca, a comunidade está se apropriando de recursos externos para benefício próprio.

Expandindo essa afirmação para outros campos, senão o mercadológico, podemos incluir as relações com as universidades, outros grupos comunitários, associações, ONGs e até poder público. Essas trocas podem ser de viés intelectual, técnico, de mão de obra ou de recursos, mas a lógica deve ser mantida, ou seja, a comunidade define a que nível se dará as relações e quais trocas serão feitas, sempre respeitando a autoridade da comunidade quanto aos seus modos de organização e planejamento.

Um outro ponto de vista acerca da interlocução com agentes externos pode ser observado no intercâmbio cultural. É o que indicam Fabrino, Nascimento e Costa (2016) ao definirem a Interculturalidade enquanto um elemento chave do TBC. Esse elemento tem relação com a troca de referências e experiências estabelecidas entre os turistas e a comunidade local, tal como afirmam Mendonça, Moraes e Catarcione, (2016) ao também apontarem essa relação dialógica entre turistas e anfitriões enquanto uma das bases do TBC.

Desse modo, a Interlocução nos modelos de etnodesenvolvimento e TBC dizem respeito tanto ao intercâmbio cultural decorrente das relações com esses agentes internos (sejam turistas, parceiros, instituições, etc.) quanto ao estabelecimento de processos de gestão e funcionamento da atividade turística com a utilização de recursos externos, sejam eles de natureza técnica, intelectual ou de mão de obra.

## Uso Consciente

O Uso Consciente diz respeito ao modo em que a comunidade se relaciona com o meio ambiente e como são tratados os elementos simbólicos de sua identidade no desenvolvimento da atividade turística. Também diz respeito ao tipo de turismo praticado pelos visitantes sem seus espaços.

Stavenhagen (1984) diz que é crucial o debate acerca do meio ambiente ao se pensar a parte ecológica do desenvolvimento, portanto deve ser respeitado e conservado. Ele destaca ainda que há uma tendência de conduzir o ônus ambiental dos modelos hegemônicos de desenvolvimento a esses grupos minoritários, e por isso, devem ser encontradas alternativas para evitar que isso aconteça. O meio ambiente aqui é símbolo de resistência aos modelos de desenvolvimento capitalistas.

As abordagens de desenvolvimento alternativo estão pautadas no uso dos recursos locais, sejam eles de natureza humana, técnica ou ambiental, promovendo a autossustentação nos níveis local, regional e nacional, ou seja, a solução para possíveis problemas vem de dentro, de suas próprias forças e recursos, não a partir dos recursos do mundo industrializado (STAVENHAGEN, 1984).

Fabrino, Nascimento e Costa (2016) afirmam que a qualidade ambiental também é um dos elementos-chave do TBC. Nesse contexto, diz respeito às condições da comunidade com relação ao saneamento ambiental e as formas de manejo dos recursos naturais locais, tal como o apontado por Mendonça, Moraes e Catarcione (2016) ao trazerem os aspectos da sustentabilidade social, cultural e ambiental às premissas do TBC.

As acepções do Empoderamento Étnico, Econômico e Cultural se estendem ao elemento do Uso Consciente, de forma se agregarem valor a todos os elementos que fazem parte da cultura do grupo étnico. Dessa forma, a utilização dos recursos naturais e simbólicos se dão de maneira consciente, no sentido da sustentabilidade, entendendo-se também ao respeito por suas tradições e costumes, sem o risco da "teatralização" para o estabelecimento de produtos turísticos, por exemplo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar a análise da base teórico-referencial utilizada neste trabalho, foi possível identificar as diversas características e pontos de relação entre os conceitos de Etnodesenvolvimento e de Turismo de Base Comunitária. Com essa base, foi possível apontar novos pontos de vista para a avaliação e análise de modelos de etnodesenvolvimento e de Turismo de Base Comunitária em comunidades tradicionais, tendo como ponto de partida a proposição dos elementos da Suigeneridade, da

Apropriação, do Saber Fazer Tradicional e Étnico, do Empoderamento Étnico, Econômico e Cultural, da Interlocação e do Uso Consciente.

A discussão indica também que, na prática, essas duas áreas caminham juntas, fortalecendo movimentos de luta e valorização de grupos étnicos que historicamente foram marginalizados e colocados em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O TBC atua como catalisador de um modelo de desenvolvimento que se opõe aos modelos hegemônicos, os quais ignoram quaisquer particularidades e impõem objetivos impossíveis de serem alcançados por determinados grupos, ou melhor, que quase sempre não são adequados para esses grupos.

## REFERÊNCIAS

BATALLA, Guillermo Bonfil. El Etnodesarrollo: sus premisas jurídicas, políticas y de organización. *In: ARAVENA, Francisco Rojas. América Latina: Etnodesarrollo y Etnocidio*. FLACSO Costa Rica. San José, Costa Rica, 1982. p. 133-145. Disponível em: <<https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/9985-opac>>. Acesso em: 02 jun. 2024.

BORROWS, John; ROTMAN, Leonard. I. The Sui Generis Nature of Aboriginal Rights: Does it Make a Difference? *Alberta Law Review*, Alberta, Canadá, Vol. 36, No. 1, 1997, p. 9-45. Disponível em: <<https://albertalawreview.com/index.php/ALR/article/view/1018/1008>> Acesso em: 02 jun. 2024.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. As Áreas Naturais Protegidas, o Turismo e As Populações Tradicionais. *In: SERRANO, Celia M. Toledo. BRUHNS, Heloisa T. (orgs.). Viagens à Natureza: turismo, cultura e ambiente*. 8ª Edição. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1997, p. 85-102.

FABRINO, Nathalia Hallack; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; COSTA, Helena Araújo. Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 172- 190, dez. 2016. Disponível em: <<https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/1178>>. Acesso em: 02 jun. 2024.

GRÜNEWALD, Rodrigo Azeredo. Etnodesenvolvimento Indígena no Nordeste (e Leste): aspectos gerais e específicos. *Revista Anthropológicas*, Pernambuco, vol. 14 (1 e 2), p. 47-71, 2003.

LITTLE, Paul E. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. *Revista Tellus*, Campo Grande: UCDB, ano 2, n.º 3, p. 33-52, 2002. Disponível em: <<https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/23>>. Acesso em: 02 jun. 2024.

MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda; MORAES, Edilaine Albertino de; CATARCIONE, Fernanda Lima da Costa. Turismo de base comunitária na Região da Costa Verde (Rio de Janeiro): refletindo sobre um turismo que se tem e um turismo que se quer. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 232-248, ago. 2016.

RICHTER, Monika; FOGAÇA, Isabela de Fátima; OLIVEIRA, Harrison Rodrigues. Inventário Diagnóstico e Mapeamento Turístico em Suporte ao Etnodesenvolvimento de Comunidades Quilombolas da Região da Costa Verde, RJ, Brasil. In: ALVES, K. dos S. (Org.) *Diálogos Sociais em Turismo: elementos hegemônicos e contra hegemônicos* - 1. ed. - Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020, p. 143-162.

SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. (Org.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 142-161.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: Uma Dimensão Ignorada no Pensamento Desenvolvimentista. *Anuário Antropológico*, vol. 9, n.º 1, p. 11-44, 1984. Disponível em: <<http://www.dan.unb.br/anuarioantropologico-sumarios/101-anuario-antropologico-sumario-1984>>. Acesso em: 21 mar. 2021.